



# As especificidades urbanas na relação do serviço social com os movimentos sociais

Urban specificities on the relationship of social work with social movements

ANGELA MICHELE SUAVE\*



**RESUMO** – Esse artigo traz reflexões acerca do impacto da configuração sociopolítica dos movimentos sociais urbanos na intervenção profissional do Serviço Social, sendo pautado na necessidade do estreitamento da relação do Serviço Social com os movimentos sociais. Revela a importância da construção de possibilidades na objetivação do trabalho profissional para o alcance estratégico da finalidade profissional. A intervenção política no âmbito privilegiado da luta pelo direito à cidade possibilita uma contribuição efetiva na resistência à assolada alienação e perpassa o cotidiano profissional no contexto das relações entre as classes sociais. Do ponto de vista metodológico, foi feita uma pesquisa bibliográfica. No que se refere à intervenção profissional do Serviço Social, tratou-se das dimensões que abarcam o compromisso ético-político dos profissionais e a competência técnico-operativa.

**Palavras-chave** – Movimentos sociais. Serviço social. Direito à cidade.

**ABSTRACT** – This article brings reflections on the impact of the socio-political setting of urban social movements in professional Social Service intervention. It was based on the Social Service's need of narrowing relationship with the social movements. Reveals the importance of building possibilities in objectification of professional work to achieve strategic of professional purpose. The political intervention in the fight for the right to the city makes an effective contribution in resistance to beset alienation and pervades the everyday professional in the context of relations between social classes. From the methodological point of view was made a bibliographical research. As regards the professional Social Service intervention was of dimensions that include the ethical-political commitment of professionals and technical-operative competence.

**Keywords** – Social movements. Social service. Right to the city.

---

\* Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Professora nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade de Taubaté (UNITAU). Taubaté, São Paulo/SP - Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/3812389033592927>. E-mail: [michelesuave@hotmail.com](mailto:michelesuave@hotmail.com).  
Submetido em: fevereiro/2018. Aprovado em: setembro/2018.

No presente artigo, teve-se como objetivo fazer reflexões acerca do impacto da configuração sociopolítica dos movimentos sociais urbanos na intervenção profissional do Serviço Social, mais especificamente o Movimento Sem-Teto, no sentido de contribuir com a temática para o debate no interior da profissão, corroborando a necessidade do estreitamento do Serviço Social com os movimentos sociais.

Os movimentos sociais urbanos retratam a realidade das cidades brasileiras na contemporaneidade. As situações de desocupação expressam a concretização da hegemonia e força do poder da alta burguesia nas cidades. O acirramento desse conflito provoca uma reconfiguração sociopolítica na organização de tais movimentos. Esse processo, muitas vezes, provoca uma luta para a conquista do direito à cidade e é fundamental para evidenciar as mediações que expressam os interesses antagônicos que perpassam as relações das classes sociais do sistema capitalista de produção.

Cabe lembrar que, do ponto de vista metodológico, foi feita uma pesquisa bibliográfica para colher as informações. É importante ressaltar que no tocante à intervenção profissional do Serviço Social tratou-se das dimensões que abarcam o compromisso ético e político dos profissionais, além de perpassar a competência técnico-operativa.

A busca por caminhos na profissão, para o enfrentamento da desigualdade social e capitalista, necessariamente, perpassa a relação da profissão com os movimentos sociais de trabalhadores. Pensa-se que essa experiência com os movimentos sociais aproxima os assistentes sociais dessa realidade e os direciona para levantar elementos capazes de elucidar, por meio de um aporte teórico-político, o cotidiano de trabalho do assistente social.

### **A particularidade urbana: estreitamento da relação dos movimentos sociais com o serviço social**

Delimitou-se nossa análise no espaço urbano, por darmos relevância a essa necessária relação do projeto profissional com os movimentos sociais urbanos que se debruçam na luta pelo direito à cidade com a centralidade no da moradia. Nesse espaço, concentra-se uma diversidade de movimentos sociais com características heterogêneas: alguns, com origem e demandas específicas, situadas fora do espaço produtivo formal, mas como uma reprodução dele; outros, com elementos que o caracterizam como luta classista em sua formulação e organização; uns atrelados ao governo federal ou local, outros mantendo sua organização e autonomia, dentre tantas outras características. O que se pode dizer é que grande parte advém de influências da luta pela reforma urbana brasileira, que se deu, especialmente, pelo adensamento populacional nas cidades sem infraestrutura necessária e impactou duramente a vida dos trabalhadores, gerando uma diversidade de conflitos.

Com o sistema de expansão do processo urbano, também houve mudanças no estilo de vida. Para Harvey (2016), a qualidade da vida nas cidades virou uma mercadoria num mundo de dominação do consumismo, do turismo e da indústria cultural. Uma experiência urbana que condiciona a liberdade de escolha à posse do dinheiro. A lógica é a do individualismo que recusa as formas coletivas de ação política, chocando-se diametralmente com os movimentos sociais que defendem a cidade para os trabalhadores.

O poder de elites ricas divide a cidade em fragmentos que parecem funcionar autonomamente (HARVEY, 2016, p. 8). Por um lado, há “bairros ricos dotados de todo tipo de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e segurança particular patrulhando a área 24 horas”. Por outro lado, e contraditoriamente, há o convívio com “favelas sem saneamento, onde a energia elétrica é pirateada por uns poucos privilegiados, as ruas viram torrentes de lama quando chove e a norma é a moradia compartilhada”.

Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento se tornam muito mais difíceis de sustentar. A redistribuição privatizada por meio de atividades criminosas ameaça a segurança individual a cada passo, provocando a demanda popular

pela repressão policial. Até mesmo a ideia de que a cidade possa funcionar como um corpo político coletivo, um lugar dentro do qual e a partir do qual possam emanar movimentos sociais progressistas parece implausível. Há, porém, movimentos sociais urbanos tentando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente daquela apresentada pelas incorporadoras imobiliárias, apoiadas pelos financistas, as grandes corporações e um aparato estatal local com mentalidade cada vez mais influenciada pelos negócios (HARVEY, 2012, p.82).

Esse processo advém do que Harvey (2012) chamou de “acumulação por desapropriação”, o que, para ele, está no centro da urbanização sob o capitalismo e origina numerosos conflitos devido à tomada de terras valiosas de populações de baixa renda, que em muitos casos vivem ali há muitos anos. É nesse sentido que o autor explicita que a urbanização desempenha papel fundamental no reinvestimento de lucros e impede o acesso das massas à cidade, gerando conflitos com a classe trabalhadora.

As alternativas de classe no espaço urbano a esse processo se revestem da complexidade do capitalismo financeiro. Para o autor, há uma dificuldade de conexão dos movimentos sociais que se formam mundialmente e que, caso consigam se unir, é necessário que adotem a luta pelo direito à cidade como central em seu programa político, por levantar a questão de quem comanda a relação entre a urbanização e o sistema econômico. Só dessa forma os trabalhadores conseguirão assumir o poder para a construção de uma cidade sem desigualdade. A relação dos movimentos sociais com os conflitos urbanos é histórica na sociedade capitalista e representa particularidades da luta de classes. Para que se compreenda a ação coletiva, deve-se reconhecer: para que esse processo seja caracterizado como um movimento social, é necessário que se tenha uma organização com relativo grau de formalidade e de estabilidade, não se reduzindo a uma data, atividade ou mobilização, além de ser constituído diretamente pelos envolvidos na questão (DURIGUETO; MONTAÑO, 2011).

Essas características na conceituação de um movimento social possibilitam uma aproximação do Serviço Social, devido ao Projeto Ético-Político estar pautado na ampliação e consolidação dos direitos humanos e sociais. Há uma orientação de que o profissional deve buscar os caminhos coletivos possíveis para alcançar as premissas de um projeto junto aos sujeitos coletivos, podendo, ou mesmo devendo, ser ele os movimentos sociais.

Na contemporaneidade, os conflitos das cidades perpassam as relações sociais da sociedade capitalista e incidem sobre a vida profissional dos assistentes sociais que atuam no espaço urbano na relação com os movimentos sociais. Esse processo passa a constituir uma “expressão da questão social”<sup>1</sup>, que se materializa como demanda à intervenção profissional.

O Serviço Social é uma profissão que trata diretamente das relações do cotidiano da vida social, permeado pelos conflitos antagônicos entre capital e trabalho. Esse lugar possibilita aos profissionais uma leitura das relações imediatas para a construção de mediações, capazes de responder a aspectos particulares e singulares da vida dos sujeitos, especialmente daqueles que têm seus direitos violados e necessitam acessar as políticas sociais.

Guerra (2012) explicita que o exercício profissional do assistente social recebe determinações da sociedade burguesa, sejam elas históricas, estruturais e/ou conjunturais, consistindo em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, autoexplicam-se e determinam-se entre si. Tais dimensões constituem uma unidade de elementos diversos na realização do exercício profissional, sendo que, nesse sistemático processo de totalização, as formas não são fixas e são interatuantes – não podem ser consideradas autônomas –, podendo haver predominância de umas sobre as outras em determinado momento e em outro não.

Os conflitos urbanos que perpassam a organização de movimentos sociais aparecem ao Serviço Social como uma expressão das desigualdades e, portanto, também podem fornecer objetivos para a nossa atuação profissional e dar elementos para acionar a dimensão técnico-operativa da profissão que, como foi colocado pela autora, se revela como forma de aparecer objetivamente com respostas qualificadas, diferentes e até antagônicas às demandas que nos chegam. Dessa forma, revela-se a dimensão político-

ideológica da intervenção profissional, por meio dos fundamentos teóricos, como parte constitutiva do movimento contraditório da realidade social, que apresenta limites e possibilidades. Para Guerra (2012), a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista é construída num espaço de mediação entre classes e Estado, o que atribui um caráter político à profissão.

Historicamente, o Serviço Social arrola vínculos com os movimentos sociais por meio da intervenção institucional nas políticas sociais. Muitos profissionais, no seu ofício, buscam construir mediações que aportam para contribuir com o fortalecimento dos movimentos sociais e corroboram a defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.

A intervenção profissional do Serviço Social perpassa a operacionalização das políticas sociais, colocando os profissionais em um espaço de luta que refuta as contradições da sociedade urbana. A política estatal, frente às desigualdades da sociedade capitalista de produção, age essencialmente a partir de dois eixos – o da política social e o da repressão – aparentemente contrapostos e viola os direitos sociais da população trabalhadora mais empobrecida, que se organiza em movimentos para conquistar seus direitos sociais.

Pode-se perceber que, diante da realidade da falta do acesso aos direitos, como o da moradia, saúde e educação, que se sintetizam no direito à cidade, as políticas sociais são insuficientes às necessidades postas e, muitas vezes, de cunho paliativo. Por outro lado, quando há um movimento social para a exigência desse acesso com reivindicações sociais em torno dessas políticas, a resposta estatal geralmente se concretiza com ações repressivas aos sujeitos.

As políticas sociais respondem à lógica neoliberal de privatização, transformando os direitos sociais em serviços que são cobrados pelos empresários para a obtenção de lucros, tornando-se mercadorias. Os interesses privatistas são priorizados em detrimento do acesso aos direitos sociais no espaço urbano. Nos marcos do capitalismo em sua fase imperialista, Vieira (2004, p. 140) refere que no decurso do século XIX eclodiu a luta de classes que provocou diversas respostas do empresariado, algumas vezes em forma de ameaças e atos repressivos e, em outras, “prometendo melhoria da vida e dias risonhos no futuro” – como forma de concretizar esse debate no que toca aos movimentos sociais e à implantação de políticas sociais.

Para Vieira (2004, p. 144), “a política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias”. Segundo o autor, a política social é compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais. Ele expõe que ela somente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX. [...] “Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica”.

O autor afirma que os direitos sociais significam a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. “Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento.” Analisa que para a burguesia e o Estado adotarem as reivindicações à classe operária, [...] “mesmo quando isto configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política” (VIEIRA, 2004, p. 144).

Nesse sentido, a não efetivação do direito à cidade em detrimento de interesses econômicos e políticos do capitalismo comprova o que o autor defende em relação à intimidade da política econômica e da política social: “A política econômica e a política social vinculam-se à acumulação do capital. Concebe-se o termo “acumulação” no sentido de concentração e de transferência da propriedade dos títulos representativos da riqueza” (VIEIRA, 2004, p. 136). Para o autor, a análise das lutas políticas na relação com o Estado deve ser feita considerando a totalidade em movimento, no sentido de que se devem considerar

[...] os planos, os projetos, os programas, os documentos referentes em certo momento à educação, à habitação popular, às condições de trabalho e de lazer, à saúde pública, à Previdência Social e até à Assistência Social não se colocam como totalidades absolutas (VIEIRA, 2004, p. 136).

A reconfiguração sociopolítica pós-desocupação de um movimento social, por exemplo, pode revelar que a ausência ou a presença da participação popular incide diretamente nos rumos das contraditórias relações de forças estabelecidas pelos divergentes e antagônicos interesses entre as classes que, na maioria das vezes, são intermediados pelo Estado no espaço urbano. O que ocorre é uma violência institucional contra a população que sofre com a falta de recursos e a violação de seus direitos, num espaço característico da sociedade urbana onde a diversidade está presente. Nas palavras do autor,

[...] o urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação. Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se, e se incluem e se supõem enquanto reunidos. Pode-se dizer que o urbano é uma forma e receptáculo, vazio e plenitude, super objeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade da consciência (LEFEBVRE, 2008, p. 110).

Esse processo de disputa entre as classes sociais no espaço urbano vislumbra a ação do Estado em favor dos interesses econômicos do capital e acaba por colocar em xeque a chamada “democracia” em que vivemos.

A disputa pelo espaço urbano atravessa a luta entre as classes: de um lado, o mercado imobiliário lucrando com a sua compra e venda, além da especulação e, de outro, a luta por direitos. Isso faz com que o Estado entre nas relações da produção de mais-valia para a reorganização da produção, subordinada aos centros de informação e de decisão (LEFEBVRE, 2008), explorando e oprimindo aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e habitam na cidade.

Nesse marco, fica evidenciada a possibilidade de uma intervenção dos movimentos sociais e do Serviço Social que contribua para a transformação das relações de produção que se expressam na cidade, no espaço urbano. A reconfiguração ou organização sociopolítica de um movimento social em meio a essas relações pode mudar essa correlação de forças que privilegia poucos no espaço urbano, bem como permitir ao assistente social intervir de maneira diferenciada no tocante à sua relação com os movimentos sociais, para exigir a implantação de políticas sociais que venham no sentido da efetivação do projeto profissional, ultrapassando a intervenção colocada ao espaço institucional.

Guerra (2012) afirma que o espaço cotidiano profissional é uma mediação elementar entre o particular e o universal, mas não sem considerar os limites trazidos por ele por caracterizar-se um espaço heterogêneo (demandas diversas), espontâneo (naturalização dos costumes e comportamentos da sociedade), imediato (respostas às demandas imediatas) e dado de uma superficialidade extensiva.

Se analisarmos essa particularidade do cotidiano profissional e ainda levarmos em conta os elementos da burocracia estatal que vão em direção contrária ao estabelecimento de um estreitamento da relação com os movimentos sociais, pode-se dizer que se forma uma barreira de limites com um fazer técnico-instrumental para nos impossibilitar alcançar a finalidade proposta: “Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social *um meio para o alcance de quaisquer finalidades*” (GUERRA, 2012, p. 48).

Por outro lado, se considerarmos a contradição do movimento da realidade, encontraremos possibilidades advindas desse processo interventivo e dos impactos dos diversos determinantes das relações sociais, inclusive da própria organização política dos movimentos sociais. Guerra (2012) assinala que obstante à tendência de repetição cotidiana, existem os profissionais que buscam a universidade para uma intervenção social e militância política que traga reflexões sobre sua prática profissional e estabeleça um momento de suspensão do cotidiano profissional, arrolando vínculos com o humano-genérico. Para a autora, esse impacto pode implicar uma análise de relevância social com implicações sociopolíticas, com valores e princípios que os orientam a um projeto de sociedade.

Uma aproximação dos movimentos sociais – como forma de contribuição para a suspensão do cotidiano profissional –, por meio da dimensão técnico-operativa, pode nos auxiliar a extrapolar a

intervenção que tende a ser repetitiva, afetando a dimensão ético-política e estabelecendo vínculos com o humano-genérico para um rol de possibilidades. As determinações na intervenção profissional advindas dos movimentos sociais de trabalhadores podem facilitar, inclusive, a direção programática das ações que devem ser pautadas nos valores do projeto profissional do Serviço Social.

Nesses moldes, o encontro do Serviço Social com os movimentos sociais favorece aos profissionais desvelar a realidade na qual estão intervindo, para transcendê-la por meio do conhecimento acumulado que têm e iluminar a particularidade das demandas apresentadas no cotidiano. Esse processo perpassa a dimensão teórico-metodológica, que conforme posto por (GUERRA, 2012, 54) “[...] nos capacita operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social, para uma interpretação à luz da universidade da teoria e o retorno a elas”. Assinala que o processo do conhecimento adquirido por meio do movimento permite sistematizações e construções teórico-metodológicas que dão uma direção para as estratégias de ação como uma dimensão formativa, além de permitir aprofundar os fundamentos teóricos que são a base para as intervenções profissionais.

Sem desconsiderar a necessidade de inter-relação e a importância das dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica, analisa-se que o ponto alto desse estreitamento das relações do Serviço Social com os movimentos sociais perpassa a dimensão ético-política. São os elementos trazidos pelos movimentos sociais que nos possibilitam uma análise mais clara da inserção profissional do assistente social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, mais especificamente na estrutura ocupacional das políticas sociais, para contribuir com mediações necessárias aos trabalhadores em sua relação com o Estado, ou seja, contribuir para a ocupação dos movimentos sociais dos espaços que possibilitam o acesso aos direitos sociais – seja no campo institucional ou fora dele. É uma forma também de forjar o enfrentamento das desigualdades – expressões da questão social – na particularidade da política social, facilitando o acesso aos serviços sociais, ocupando a cidade.

É possível ao assistente social contribuir para a mudança do contexto social dos participantes de movimentos sociais, em sua condição mais singular com a mobilização de informações do aparato jurídico-formal que regulamenta as políticas sociais. Esse arsenal de informações deve servir para o fortalecimento da organização sociopolítica do movimento social, com a perspectiva de ultrapassar a consciência imediata das necessidades postas, para uma compreensão política que visa alcançar aproximações com totalidade das relações sociais, não deixando de lado a contradição central da desigualdade social promovida pelo sistema capitalista de produção.

O uso da política social apenas para alcançar as estratégias governamentais pode deslocar a questão central da desigualdade nas relações de trabalho entre as classes, ampliando o caráter focalista e paliativo das políticas na atualidade, levando a uma forma que tende à cooptação dos movimentos sociais pela via institucional. Esse é um grande desafio ao profissional, pois se lida o tempo todo com a força ideológica do aparato estatal que usa as normas e regras presentes na lógica burocrática para tencionar a direção da intervenção profissional em favor da defesa dos interesses burgueses.

É nessa linha tênue entre os interesses antagônicos das classes sociais, que se determinam nas particularidades da intervenção profissional, que fica o desafio de escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas do profissional para o exercício de sua autonomia relativa, dadas as mediações presentes. Implica, nesse processo, a atenuação de conflitos éticos e políticos no âmbito da intervenção profissional. A direção profissional precisa estar calcada na problematização desses processos objetivos para subsidiar a organização e mobilização sociopolítica dos sujeitos na realidade na qual intervém, além de usar de outras estratégias como a proposição de políticas sociais que visam à garantia dos direitos sociais, além do questionamento de propostas que incidam por meio de projetos conservadores e reformistas.

A ação de movimentos sociais – e a relação profissional com eles – perpassa a problematização da intervenção do Serviço Social, concernente ao que foi chamado por Guerra (2012) de funcionalidade ao padrão de produção e reprodução social, independente da consciência profissional, e pode fortalecer a profissão para romper com a predominância de uma direção funcional – instrumental-burocrática – ao sistema capitalista, que passa a ser comandada por procedimentos formais e abstratos.

Por essa direção – sem a capitulação instrumental –, é imponente que os assistentes sociais se debrucem sobre a discussão da instrumentalidade, com vistas a alcançar as necessidades dos movimentos sociais de trabalhadores em sua particularidade: assim nos aproximaremos mais do Projeto Ético-Político. Cabe ao profissional reafirmar a necessidade das mediações teóricas e ideopolíticas, para apreender o imediatismo do cotidiano que nos pressiona a uma intervenção irrefletida. A ação profissional junto aos movimentos sociais deve ser usada como uma mediação para fortalecer o projeto revolucionário.

O estreitamento da relação do Serviço Social com os movimentos sociais pode auxiliar no sentido da dimensão técnico-operativa para extrapolar o cotidiano institucional e reafirmar a necessidade da práxis, trazendo o elemento necessário da formação do assistente social em seus fundamentos. Como bem colocado por Guerra (2014, p.7), “ações apenas instrumentais não são ingênuas, o assistente social tem formação que o fez apreender, saber que nossa intervenção não é mecânica”.

Convivemos, no cotidiano profissional, com a pressão institucional de atendermos à demanda dos interesses privatistas que perpassam as políticas sociais. Então, é necessário buscarmos forças por meio de alianças com organizações coletivas que defendem os interesses dos trabalhadores. Podemos e devemos trabalhar com a contradição do espaço que ocupamos no Estado – estamos localizados em um campo de tensões entre os interesses das classes sociais.

A autora cita a coexistência das diversas racionalidades na ordem burguesa, porém ela – a burguesa – é predominante e atravessa as diversas esferas de vida social, passando a se organizar por componentes pragmáticos, utilitários, instrumentais. Esse processo constitui “a própria sociabilidade burguesa, que é transversal a classes, segmentos de classes, instituições e práticas sociais e profissionais” (GUERRA, 2014, p. 7).

No Serviço Social, as/os assistentes sociais são pressionadas/os pelas instituições do Estado – ou das que compõem a política social – a apresentar respostas imediatas que passam até por metas quantitativas. A pressão dos movimentos sociais, quando apresentam força sociopolítica, podem modificar essa relação e colocar em pauta um projeto político que coadune com nosso referencial teórico e ideopolítico.

A força de movimentos sociais se coloca como um caminho necessário para romper com uma apropriação pragmática do marxismo pela profissão que, como bem afirmado por Guerra (2014), faculta o Serviço Social como uma técnica social para ajuda de administração de conflitos, de resolução de problemas, de gestão de pobreza ou mesmo de “aplicação de direitos”. Vemos que, por essa óptica, em uma situação de tensão do Estado com os movimentos sociais – advinda da desigualdade social –, o assistente acaba sendo um sujeito fundamental para os dirigentes governamentais, servindo como uma mediação no processo que criminaliza com repressão e ao mesmo tempo “oferece” uma “feição humana” para a reafirmação da defesa incondicional dos direitos individuais –, ou seja, os que têm relação direta com a propriedade privada.

Para Guerra (2012), há uma mudança na condição da barbárie atual relacionada ao fato de o Estado de Direito exercer controle sobre a sociedade e manter o ordenamento que direciona os direitos e deveres, definindo-se no agente que nega os direitos e não mais mantém os direitos conquistados. Por um lado, há um atrofiamento da política social, que fica como refém do capital e, por outro, se desenvolve o braço armado do Estado que utiliza de força do controle e da violência, uma espécie de mescla de estratégia que envolve a coerção e o consenso.

Na citação da autora, ficam evidentes as estratégias do Estado para o enfrentamento do conflito instalado pela desigualdade social que remete à organização de movimentos sociais, mesclando-se “aquelas à base da repressão e às pautadas na assistencialização via programas minimalistas” (GUERRA, 2014, p. 6). Para ela, acontece uma supressão das conquistas históricas da classe trabalhadora, com expressões das desigualdades mais complexas, tratadas com repressão e criminalização. Há um “rótulo de acolhimento humanizado” do Estado que responsabiliza e culpa os sujeitos pelas expressões da questão social. As políticas sociais retomam o desenvolvimento de técnicas de ajustamento e mudança comportamental, criminalizando os pobres que devem ser disciplinados por meio do controle e da repressão.

A aproximação do Serviço Social aos movimentos sociais de trabalhadores pode instituir a possibilidade de um exercício crítico e questionador, adentrar no campo das lutas com o suporte que podemos encontrar em nosso aporte teórico-metodológico e ético-político. É importante entender, diante dessa possibilidade, que alguns limites permanecerão na especificidade do exercício profissional, pois não devemos encarar a situação de forma messiânica.

Para Sant'ana e Silva (2013, p. 191), “temos que reconhecer as contradições insolúveis sobre as quais se assenta esse modo de ser e de pensar da sociedade regida pelo capital e sua impossibilidade de ‘consertos’, de ‘remendos’”, pois não há capitalismo humanizado e controlado por ações mediadas por uma profissão ou por algumas reformas, o que deve ocorrer é a exploração das contradições da luta de classes expressas no exercício da profissão para o fortalecimento dos trabalhadores.

Essa compreensão nos coloca diante das contraposições entre o projeto profissional e os projetos institucionais, e reafirma a necessidade de uma unidade das lutas profissionais com as lutas dos movimentos sociais de trabalhadores. Os autores Sant'ana e Silva (2013, p. 199) descrevem a força que o profissional necessita para se fincar nesse caminho necessário: “[...] a opção por resistir e lutar numa conjuntura em que é mais fácil ceder, [...] como meros observadores de uma evolução natural tão verdadeira quanto o movimento das ondas do mar!”. Fica evidente aos autores que o caminho da resistência só se sustentará pelo trabalho individual e coletivo dos profissionais.

Por agora, necessitamos enfrentar os desafios postos pela conjuntura que se abre nesse momento aos movimentos sociais pela crise econômico-política que nosso país enfrenta. Já na primeira década do século XXI, os movimentos sociais brasileiros constituíram um processo político, social e econômico repleto de mudanças. No Brasil, houve uma dinâmica orquestrada pela especificidade do governo petista<sup>2</sup>, que deu continuidade aos planos econômicos dos governos anteriores a partir da lógica neoliberal e por agora se necessita enfrentar os desafios impostos pelo governo Temer, que representa o fortalecimento de políticas conservadoras que intensificam a retirada de direitos sociais dos trabalhadores.

Os sujeitos da classe trabalhadora vivem a contradição desse processo de desigualdade e a falta do acesso à cidade – no espaço urbano eles podem se organizar em movimentos sociais para a conquista desse direito. Diante dessa situação, também podem ocorrer mudanças no exercício profissional de assistentes sociais, com a adoção de intervenções profissionais propositivas no sentido de atender as necessidades dos trabalhadores, num processo que estreita a relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

Esse contexto das cidades e da ação dos movimentos sociais coloca-nos diante da necessidade de uma elaboração mais profunda, para a compreensão dos impactos desse conflito na intervenção profissional. Há movimentos sociais de trabalhadores nas ruas que podem auxiliar no polo de resistência da profissão, no sentido da defesa dos direitos sociais e da luta por políticas sociais de qualidade com vistas a um projeto societário revolucionário, assim poderemos nos aproximar da efetividade do Projeto Ético-Político profissional.

Uma intervenção profissional baseada na incidência do campo do conhecimento, dos valores, da cultura pode ser capaz de responder às demandas apresentadas por esses sujeitos no cotidiano e causar mudanças reais na vida dos sujeitos. Por outro lado, retomar o debate dos movimentos sociais na vida da profissão, com a participação nas políticas sociais da cidade, resgata e dá destaque às novas demandas profissionais. A realidade está nos demonstrando que os trabalhadores retomaram a luta política utilizando-se de instrumentos como as manifestações de rua e/ou ocupações do território urbano por meio das ocupações.

Avançar no conhecimento dessa mediação – do estreitamento das relações da profissão com os movimentos sociais – no exercício profissional pode levar-nos a um debate mais crítico e profundo do ponto de vista teórico-político, pois acreditamos que houve uma mudança no processo de consciência da população após a “explosão” das contradições sociais nos centros urbanos, na conjuntura recente que certamente impactou a intervenção profissional.

Pensa-se que é necessário ao Serviço Social extrapolar a prática institucional localizada, fundamentalmente ou mesmo estritamente, no campo da operacionalização das políticas sociais. Os movimentos sociais postulam-se como uma vanguarda protagonista, para a elaboração de políticas sociais



que realmente respondam à realidade concreta daqueles que vivem a violação de seus direitos sociais e em muito têm a contribuir com a profissão.

São fundamentais as elaborações teóricas e intervenções que visam ao estreitamento da relação da profissão com os movimentos sociais, por ser este um dos princípios da formação em Serviço Social: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculadas à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2011, p. 28). Para Pinheiro (2010), o Projeto Ético-Político da profissão [...] “constitui, metodologicamente, sujeito e objeto da pesquisa [...]”, pois é uma construção coletiva e resultado de uma articulação nos campos teórico, profissional e político, com os movimentos sociais.

A unidade entre teoria e prática se expressa na relação indissociável entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Essa ideia exige a necessidade de trabalhá-las de forma articulada para que o projeto profissional, cujo fundamento é a teoria social de Marx, possa traduzir-se em ações concretas.

Com a atenção voltada aos movimentos da realidade, os profissionais podem se deparar com uma conjuntura diferente, mobilizada pelas lutas políticas e pela reorganização dos movimentos sociais. Inserir-se nesse processo dos movimentos sociais dará uma visão privilegiada. Com experiências junto aos movimentos sociais, poderá ocorrer uma aproximação do debate político nacional no que se refere à ação governamental em relação às principais pautas de reivindicações dos movimentos sociais.

O debate teórico no Serviço Social possibilita um conhecimento profícuo das políticas sociais como forma de resposta às expressões da questão social. Assim, com experiências singulares, podemos trazer a percepção da precariedade dos serviços públicos para a vida real e concreta dos sujeitos que utilizam os serviços, e que causam impacto no processo de consciência dos sujeitos que se organizam em movimentos sociais.

Precisamos de experiências que contribuam efetivamente para redimensionar a intervenção profissional, privilegiando a unidade da relação teoria-prática para o uso de argumentos teóricos na análise da realidade vivenciada, além de demarcar uma posição política e social, expressando o seu processo de consciência e demarcando a necessidade de participação nas lutas sociais, para uma intervenção profissional que defenda os direitos sociais dos trabalhadores e seja norteadada pela objetivação dos princípios que constituem o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Avaliamos que no âmbito profissional essa contribuição é fundamental para colaborar com o impulsionamento da transformação das relações sociais, mas compreendendo os seus limites e as suas possibilidades nas mediações profissionais cotidianas. Pensamos na necessidade de uma aproximação do Serviço Social junto aos movimentos sociais pela mediação da luta pelo direito à cidade e pelo trabalho, por meio do processo de consciência dos sujeitos envolvidos e sua organização sociopolítica.

## **O serviço social e os movimentos sociais**

A compreensão de que o Serviço Social se constitui no âmbito da sociabilidade capitalista – acerca do processo de produção e reprodução das relações sociais –, ocupando, assim, um lugar na divisão sociotécnica do trabalho, nos permite desvendar quais são as especificidades da profissão na atualidade do capitalismo financeirizado, que se revelam a partir dessa dinâmica universal do capitalismo, mais precisamente no aspecto da relação com os movimentos sociais urbanos.

Para Iamamoto (2007, p. 107), “O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e [...] envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura [...]” e desta forma se vincula às formas de sociabilidade e ao jogo das forças sociais. A autora esclarece que o universo do trabalho, que envolve as classes trabalhadoras e suas lutas, é obscurecido no sentido da radicalização da exploração e expropriação do trabalho coletivo. O neoliberalismo prevalece e com ele se privilegia a economia política do capital em

detrimento do reconhecimento dos direitos e das políticas sociais: “tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação”.

É com vistas a contribuir para desobscurecer essa temática das lutas dos trabalhadores que se revela importante discutir e problematizar a especificidade da luta de classes que transcorre os movimentos sociais no âmbito do Serviço Social.

Iamamoto (2007) esclarece que a partir da década de 80 há uma hegemonia nas interpretações de caráter histórico-crítico, que assumiu liderança no debate acadêmico-profissional brasileiro e deu uma nova face ao Serviço Social de origem, abarcando as produções teóricas e o próprio exercício profissional. Essa construção voltada aos interesses da classe trabalhadora, e, necessariamente, das lutas pela democratização da vida social, foi capitaneada pelos movimentos sociais sob a liderança do operariado industrial, envolvendo os aspectos econômicos, políticos e culturais<sup>3</sup>.

Na atualidade, é notória a necessidade de contribuições analíticas sobre a especificidade da profissão que transitem dos fundamentos para o efetivo exercício profissional, na especificidade da relação com os movimentos sociais. É fundamental desvelar as determinações que aparecem em formas mediadas pelo cotidiano e elucidam o significado social do trabalho do assistente social, direcionando para uma ação vinculada aos movimentos sociais.

Como bem foi dito por Iamamoto (2007), para decorrer por esse espaço, supõe-se considerar as tensões entre o projeto profissional e a alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe. É importante considerar que o assistente social também vive nas condições de trabalhador assalariado, bem como em sua relação com a intensidade na jornada, deterioração salarial, controle do trabalho, índices de produtividade, metas a serem atingidas, dentre outras. Em outras palavras, a constituição da profissão também está vinculada às determinações do capitalismo na vida concreta dos trabalhadores.

À condição profissional de trabalhador assalariado, soma-se o Projeto Profissional que assume as demandas e necessidades dos sujeitos aos quais trabalha. Nesse sentido, as lutas de movimentos sociais podem servir para transformar as demandas profissionais, no marco do Projeto Ético-Político, fortalecendo a organização sociopolítica de trabalhadores que lutam por direitos sociais, obviamente que sem desconsiderar o terreno de tensões dos interesses contraditórios e antagônicos que circundam as políticas sociais e impactam diretamente o exercício profissional, apontando os limites e possibilidades do exercício profissional.

É imperativo aos assistentes sociais buscar o rompimento com a unilateralidade das imposições do mercado de trabalho, no sentido esclarecido por Iamamoto (2007) de que essa direção conduz o exercício profissional a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado de trabalho e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado. A aproximação aos movimentos sociais pode ser uma forma de potencializar a relativa autonomia profissional, nos distintos espaços sociais e ocupacionais que envolvem as instituições estatais e não estatais; ela sintetiza a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional, numa relação intrínseca das dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

O exercício profissional envolve considerar as situações singulares vividas por indivíduos, famílias e grupos que são atravessadas por determinações de classes, relacionando-as às dimensões universais e particulares, esse processo para Iamamoto (2007) é condição necessária para transitar das necessidades presentes na esfera privada para a luta por direitos na cena pública. A clareza do projeto profissional é importante para buscar as possibilidades e intervir junto aos movimentos sociais, os desafios permeados pelas mediações presentes no exercício profissional podem nos servir como respostas para a ação ou mesmo para a elaboração científica.

O Projeto Profissional é indissociável do Projeto Societário, e, necessariamente, abordamos essa relação no exercício profissional e em nossas elaborações teórico-políticas. Os conflitos e movimentos sociais estão presentes no campo de tensão das políticas sociais – no espaço institucional –, onde, majoritariamente, o Serviço Social intervém sistematicamente<sup>4</sup>.

É importante que os assistentes sociais se somem aos movimentos sociais de trabalhadores para um exercício profissional que tenha a finalidade de fortalecer sua luta por direitos, sem ocultar que o nosso próprio Projeto é fruto dessas lutas. Tem-se um arcabouço legal que regulamenta o Projeto do Serviço Social e se materializa no Código de Ética Profissional (1993), na Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social (Lei nº 8662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social. Além das ações do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) que direcionam essa luta.

Defender os princípios do Projeto Profissional, que é dotado de caráter ético-político, remete-nos à luta dos trabalhadores no sentido de acumular forças políticas e organizativas para a transformação societária, "(...) o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo" (IAMAMOTO, 2007, p.227).

Na especificidade do exercício profissional, a direção ético-política se emaranha com as contradições postas pela relação de tensão presente na ação do assistente social. Como bem colocado pela autora, a mercantilização da força de trabalho do assistente social é impregnada pela alienação e impõe condicionantes socialmente objetivas à autonomia do assistente social, na condução do trabalho, e à integral implementação do Projeto Profissional.

Para longe do fatalismo e messianismo, é preciso desvendar as mediações desse campo político-ideológico capazes de auxiliar os assistentes sociais na defesa do Projeto Ético-Político no exercício profissional, o qual pode se fortalecer quando apoiado nas ações dos movimentos sociais de trabalhadores que reivindicam seus interesses. As necessidades e pretensões "[...] podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao trabalho profissional do assistente social, na contramão das definições 'oficiais'" (IAMAMOTO, 2007, p. 422)

Para essa feita, é importante considerar as especificidades do Serviço Social presentes na sua relação com o Estado, pois historicamente essa Instituição foi a maior empregadora dos assistentes sociais. O Estado atua, simultaneamente, pela via da repressão e da política social<sup>5</sup>, como forma de conter os movimentos sociais. Na experiência dos movimentos sociais urbanos, o Estado usa de táticas que perpassam pela Assistência Social e por outras políticas sociais para desmobilizar o movimento, tais medidas se diversificaram e também perpassam pela ação do Serviço Social.

No marco de uma ação do Estado, que preconiza o uso da força policial combinada com uma quase que hipócrita "Assistência Social" e demais "políticas sociais", denunciar a ação do Estado que busca coibir a luta do movimento é importante para desnudar a política estatal, que, se por um lado usa a criminalização do movimento, por outro, faz ameaças pela via das "políticas sociais" como forma de combater a consciência adquirida nos anos de ocupação de terrenos do movimento sem-teto, por exemplo.

Nas desocupações, o Estado pode contar com a ação da Política Militar (PM) que, na maioria das vezes, ironicamente, "anuncia a segurança e tranquilidade", lançando mão de ações sociais paliativas. Como pode o Estado reprimir e criminalizar trabalhadores, e, diante do caos social, oferecer medidas que não condizem com a necessidade de moradia daqueles que ficam desabrigados? A intervenção profissional de assistentes sociais poderia contribuir para a efetivação de direitos sociais nesse contexto de violações provocado pelo Estado? Recreação para crianças, por exemplo, na pós-violência estatal, retiraria o trauma da repressão e da falta do teto? Não, efetivamente nisso não é possível acreditar, ainda que se viva em um alto nível de alienação.

Por outro lado, os profissionais que atuam podem cumprir um papel de defesa dos direitos sociais, em uma experiência conjunta aos movimentos sociais envolvidos em processos de desocupação, a especificidade da intervenção pode ocorrer numa unidade de ação<sup>6</sup> em defesa dos ocupantes.

O debate do conjunto CFESS/CRESS se pauta na dimensão ética das escolhas e intervenções dos profissionais envolvidos, partindo de situações que expressam a violação dos direitos humanos de uma determinada população que reivindica o seu direito à moradia. Tal reflexão constitui uma contribuição à elaboração do processo de conhecimento para a superação da aparência dos fenômenos, considerando a especificidade da intervenção profissional do Serviço Social nas desocupações de terrenos, como bem

explicitado por Barroco (2010) quando trata da superação por meio do conhecimento: negar o aparente supõe uma postura de questionamento e indignação, podendo desencadear motivações teóricas, éticas e políticas dirigidas para a crítica e à prática social voltada a transformações da realidade.

Ainda com base nos escritos de Barroco (2010, p. 16) de que a ética ultrapassa a dimensão teórico-filosófica na perspectiva social e histórica, ela supõe a compreensão do sujeito. A ética é concebida como parte da *práxis*, assim é importante uma orientação profissional, por essa concepção, de que “a ética diz respeito à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana”.

Com esse sentido dado pela autora, é prerrogativa dos profissionais fazer a defesa dos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social (2012). Nessa situação da desocupação, podemos destacar alguns dos princípios fundamentais:

- 1) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- 2) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- 3) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- 4) Defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- 5) Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegurem universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- 6) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- 7) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- 8) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Diante dessa realidade, é importante considerar as ideias de Barroco (2012) no que diz respeito à objetividade dos valores e das ações ético-morais, de que os humanos são capazes de agir de maneira consciente e racional, de criar alternativas de escolha, elaborando possibilidades. Certamente, sem desconsiderar as circunstâncias históricas determinadas pelas relações sociais capitalistas, em que a objetivação ética encontra obstáculos concretos para se viabilizar de maneira consciente, universalizante e livre, objetivando valores emancipatórios. Porém, há que se considerar a dinâmica contraditória do processo vivido na luta de classes, que se dá em um campo objetivo de possibilidades para o agir humano: a defesa dos princípios profissionais.

É importante, ainda, elucidar que para esses apontamentos busca-se o sentido de uma aproximação legítima e essencial à defesa dos princípios éticos profissionais na particularidade de situações, sem desconsiderar as dimensões da singularidade e universalidade da realidade social em que os sujeitos possam se envolver, além da condição de trabalhador assalariado dos profissionais para uma análise que persiga a essência e gênese dos fundamentos éticos profissionais do Serviço Social, no contexto dos desdobramentos políticos que as revelam. Aspectos importantes despontam no processo de consciência dos profissionais, na liberdade relativa para a escolha ética e na universalização do processo vivido.

Existirá a plena ou a não realização do princípio da liberdade humana no modo de produção capitalista? Ou devemos remeter essa análise para a não absolutização de uma resposta cristalizada na totalidade do movimento concreto? Possíveis respostas a esses questionamentos devem se pautar na ontologia do ser social, nas formas de ser dos fenômenos que devem ser ultrapassados para a busca de sua essência, com a centralidade na principal atividade da vida humana: o trabalho.

O ser humano genérico ultrapassa a compreensão fenomênica da constituição dos sujeitos na produção e reprodução das relações sociais na sociedade burguesa, pautada no sistema de exploração do

sistema capitalista de produção. Os homens e mulheres não são seres absolutos e sim históricos, reproduzem-se como ser social no processo da história.

A categoria da ética profissional do Serviço Social no processo de desocupações emerge da existência real a partir de escolhas e responsabilidades da vida prática, de comportamentos baseados em valores que também se relacionam diretamente com a realidade. Assim, o conjunto de fundamentos dos comportamentos dos profissionais que se envolvem com processos de desocupações está relacionado a uma construção valorativa histórica.

A construção de valores dos profissionais do Serviço Social, que têm o desafio de fazer escolhas e tomar decisões com implicações éticas, na intervenção com sujeitos desabrigados que viveram a situação do despejo forçado, remete à análise das relações de produção do sistema capitalista, pois parte do pressuposto de que o trabalho ocupa centralidade no desenvolvimento das relações sociais concretas que são constitutivas da criação dos valores. O trabalho, no sistema de produção capitalista, ultrapassa a sua função primária de dar respostas às necessidades básicas da humanidade. No processo de trabalho, põe-se a determinação social do conhecimento e do desenvolvimento da consciência.

É nessa relação social e de objetivação realizada por meio do trabalho que se constituem os valores da humanidade que passam a compor a sociabilidade humana. Assim, o entendimento é o de que o trabalho é fundamental à vida humana e se coloca como condição para a sua existência social e para o processo de sociabilidade, que cria e recria as necessidades e formas de satisfação. Segundo Barroco (2005, p. 27), “o desenvolvimento da sociabilidade implica a (re) criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural, isto é, do sujeito e do objeto”.

Essa relação estabelecida pelo trabalho entre o homem e a natureza provoca modificações na realidade e a si próprio, no que diz respeito ao gosto estético, ético e de valores da humanidade, pois o homem se relaciona teleologicamente com a natureza e a modifica: ela passa a ser um produto do homem, pois se humanizou e intervém no gosto de milhões de homens.

A escolha e os comportamentos das/os profissionais que se envolvem em processos de desocupação necessariamente passam pela constituição desses valores na sociedade capitalista de produção. Compartilhamos da ideia da autora de que na sociedade capitalista de produção é impossível a universalização de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, porém há concretamente a possibilidade de sua realização parcial.

As intervenções profissionais, geralmente, ocorrem na iminência de desocupações e, a partir de uma base interventiva, que costuma ser dada pelo conjunto CFESS/CRESS para esclarecimentos éticos às/aos profissionais envolvidas/os direta ou indiretamente com a situação, constatamos a necessidade de realizar articulações políticas para o fortalecimento da categoria profissional, no sentido da defesa dos direitos sociais da população trabalhadora exposta à desocupações.

É necessária uma articulação do Serviço Social com as lideranças e organizações que se posicionaram em defesa dos ocupantes para somar forças políticas no processo interventivo, que tomou uma dimensão internacional no campo da organização dos movimentos sociais. Há a participação dos profissionais que, além da organização como assistentes sociais, também podem se envolver organicamente com os partidos políticos que constituem o processo de intervenção realizado pelos movimentos sociais. Essa situação facilita a elaboração de políticas interventivas para as/os profissionais envolvidas/os com a defesa dos ocupantes na categoria.

Ressaltamos que os assistentes sociais podem contribuir com as decisões internas desses partidos políticos que dirigem politicamente as ações dos movimentos sociais, e esses também podem, em alguns momentos, pautarem-se em dados da realidade que acontecem especificamente no campo do Serviço Social para tomar decisões centrais ao movimento. Todo esse processo perpassa os conflitos e a falta de compreensão precisa da ofensiva da classe burguesa aos trabalhadores dos movimentos sociais, próprio do momento histórico vivido.

Os governantes costumam solicitar a presença dos profissionais na chegada de ocupantes em alojamentos para fazer cadastros, já que existem determinações judiciais que convergem nesse sentido para situações de desalojamento. A movimentação feita por grupos mais avançados, do ponto de vista da

compreensão das relações de classe, deve buscar incidir no processo de consciência da categoria profissional para ampliar o debate sobre os direitos sociais. O objetivo deve buscar promover orientações quanto aos princípios éticos da profissão e quanto às determinações legais do trabalho.

A intervenção do grupo de profissionais necessita agir junto às organizações de apoio aos moradores desalojados, e pode até ser centralizada por debates democráticos das linhas gerais que o movimento aprova, obviamente garantindo as especificidades da profissão.

Já houve casos em que assistentes sociais trabalharam em processos de desocupações com a perspectiva e argumentação de garantia dos “direitos da população”, atendendo sujeitos desabrigados em locais de conflitos e com enfrentamento da população ocupante com policiais, sujeitando-se a contextos em que bombas de gás estavam sendo atiradas pelos policiais nos ocupantes, com tiros de balas de borracha e espancamento da população com cassetetes.<sup>7</sup>

As desocupações causam prejuízos aos sujeitos que aprenderam no processo de luta que a defesa de um projeto político para a sua classe é essencial para transformar a sociedade em que vivem, com tantas desigualdades na luta pelo direito à cidade. Na direção proposta pelos governantes, a liberdade de escolha dos sujeitos em permanecerem no seu local de moradia não é respeitada. Não há garantia dos direitos humanos, os despejos acontecem de maneira arbitrária e autoritária. A democracia na participação política dos sujeitos é destruída.

A contradição da realidade é a de que se por um lado apresenta-se essa situação, por outro os profissionais de Serviço Social que se dispõem a um trabalho efetivo de defesa dos direitos sociais contribuem para o fortalecimento da organização política dos movimentos sociais, que permanecem lutando pelo acesso à cidade e podem alcançar o direito à moradia.

## Considerações finais

Os desafios contemporâneos apontam para a necessidade de desvelar as possibilidades de intervenções com mediações que fortaleçam a articulação da direção teórico-política e do exercício profissional, ou seja, defender os princípios do projeto profissional articuladamente com as dimensões técnico-operativas e com o auxílio do nosso arcabouço teórico-metodológico. Devemos responder às demandas do mercado para a manutenção da profissão, trabalhando cotidianamente com as contradições para uma intervenção voltada à garantia dos direitos sociais, no sentido de contemplar demandas que partem da singularidade trazida por sujeitos e que são mediadas em situações particulares para uma perspectiva de mudanças estruturais e conjunturais, por meio das lutas sociais mais amplas que envolvem os movimentos sociais da classe trabalhadora e seus projetos societários.

A relação do Serviço Social com os movimentos sociais se impõe pela possibilidade dialética de constituir e ser constituída por meio do fortalecimento da organização sociopolítica de trabalhadores, que perpassa o exercício profissional. Corroboramos totalmente a afirmação de Duriguetto (2014) quando ela evidencia que a intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular se coloca como uma possibilidade de a profissão contribuir para organizações e lutas sociais, uma contribuição também necessária ao fortalecimento do projeto profissional.

Não é menor o fato de o Serviço Social ter-se constituído dessa relação, sem desconsiderar as relações institucionais, tendo a década de 80 como o período ascendente desse processo. Porém, como bem assinalado por Duriguetto (2014), também sofremos com a retração desse processo na década de 90, que, contraditoriamente, foi a década da consolidação do nosso Projeto Ético-Político profissional. Para a autora, tivemos uma exígua produção teórica a partir da década de 1990, considerando as organizações, movimentos e lutas sociais e também da relação da profissão com as mesmas. “É uma quase oculta sistematização/relatos de experiências da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais” (DURIGUETO, 2014, p.185).

Com a premissa do fortalecimento da intervenção profissional junto aos movimentos sociais, é importante contribuir por meio das ações do Serviço Social nos espaços que ocupamos, inclusive, ultrapassando o campo institucional.

Nessa direção, é fundamental dar relevância a uma forma de construção de possibilidades no processo de objetivação de nosso trabalho: a política. A intervenção política, no âmbito privilegiado da luta de classes, coloca a possibilidade de trilhar um caminho para a contribuição efetiva na resistência à assolada alienação que perpassa o cotidiano profissional.

O cotidiano profissional deve estar permeado de uma organização política que se revista de um conjunto de táticas para o alcance estratégico da finalidade. As respostas devem partir das questões mais imediatas, até a construção de mediações que abarquem a totalidade das lutas sociais, com o discernimento dos projetos de classe que as circundam, na correlação de forças instituídas. É uma busca incessante pela humanização da vida cotidiana, que desmistifica os revestimentos postos/impostos pela ideologia dominante; esta mascara a luta de classes de variadas formas.

No sentido colocado por Abramides (2014), há uma aposta do Estado burguês na divisão da classe para os ataques do capital e do Estado de dominação, sendo ilusório pensar em uma forma de organização corporativa.

E nesse sentido, quando nos inserimos na luta do ramo do nosso espaço social e ocupacional para a organização sindical ou quando estreitamos os laços com os movimentos sociais, estamos sujeitos ao movimento que impacta a consciência dos assistentes sociais como trabalhador, tornando a relação do Serviço Social com os movimentos sociais uma necessidade profissional.

## Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz. Movimento sindical e serviço social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? In: ABRAMIDES, M.B. et al. (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direito social e competências sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 04)
- CANARY, Henrique. **O que é ... conceitos fundamentais da política, economia e sociedade**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.662**, de 13 de março de 1993. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão. 10.ed. Brasília: CFESS, 2012.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e serviço social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M.B. et al. (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social)
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-70.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- \_\_\_\_\_. O direito à cidade. In: **Lutas sociais: dossiê barricadas urbanas**. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; PUC/SP, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e a questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEFEBVRE, HENRI. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.
- SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. Método na teoria social de Marx e o serviço social? **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SUAVE, Angela Michele. **No caminho para o direito à cidade**: reconfiguração sociopolítica do Movimento Pinheirinho, SJC, 2011-2015. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos metodológicos do serviço social. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

---

<sup>1</sup> Para Yazbek (2009, p. 127), “a questão social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e, nesse sentido, a questão social se expressa também na resistência e na disputa política. Nesse sentido, entendemos que as lutas dos movimentos sociais no espaço urbano são constituintes das expressões da questão social”.

<sup>2</sup> Para Canary (2012, p. 58), “Frente Popular não é o nome de uma coligação. É um conceito político. Chamamos de Frente Popular todos os governos encabeçados pelos partidos da classe trabalhadora em unidade com a burguesia. Trata-se de uma situação incomum, já que normalmente a burguesia governa apoiada em seus próprios partidos. Em situações normais, as lideranças traidoras da classe trabalhadora ficam fora do governo, prestando seus serviços ao capital na qualidade de “oposição responsável”. Apenas em situações excepcionais, a burguesia incorpora essas lideranças no governo. E somente em situações mais excepcionais ainda essas lideranças traidoras exercem o papel principal, dominam o governo. Quando isso acontece, estamos diante de uma Frente Popular”.

<sup>3</sup> Não temos a pretensão de discutir nesse trabalho o deslocamento das diversas interpretações no âmbito do Serviço Social, que teve esse processo como alicerce sociopolítico.

<sup>4</sup> A assessoria direta a movimentos sociais e um trabalho efetivo com as organizações de classe quase não estão presentes no cotidiano profissional.

<sup>5</sup> Vale ressaltar que em muitos casos não se trata de política social e sim de medidas coercitivas.

<sup>6</sup> O termo unidade de ação pode ser usado para delimitar um acordo entre os assistentes sociais e os movimentos sociais para a defesa dos moradores de ocupações no momento específico de desocupações. Essa unidade de ação é uma tática política para a resistência às desocupações, podem estar presentes nela partidos políticos e demais organizações.

<sup>7</sup> Esse foi o caso da desocupação do Movimento Pinheirinho em São José dos Campos/SP no ano de 2012.